



**XVII Encontro de Iniciação Científica
XIII Mostra de Pós-graduação
VII Seminário de Extensão
IV Seminário de Docência Universitária**

16 a 20 de outubro de 2012

**INCLUSÃO VERDE: Ciência, Tecnologia e
Inovação para o Desenvolvimento Sustentável**

MPH0012

**O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A DIVERSIDADE
CULTURAL**

MARCIA PEREZ DE VILHENA PAIVA
MONICA FRANCHI CARNIELLO
mpvpaiva@yahoo.com.br
MESTRADO - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

ORIENTADOR(A)
ADRIANA LEONIDAS DE OLIVEIRA
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A DIVERSIDADE CULTURAL¹

Márcia Perez de Vilhena Paiva²
Monica Franchi Carniello³
Adriana Leônidas de Oliveira⁴

Resumo

Este artigo pretende demonstrar a necessidade de que as estratégias de desenvolvimento sustentável sejam sensíveis à diversidade cultural. Não existe um modelo único a ser seguido pelas estratégias de desenvolvimento. O conceito do desenvolvimento essencialmente econômico, conforme o modelo capitalista ocidental, desordena as sociedades que procuram seguir outros caminhos ou que promovem valores distintos. As estratégias de desenvolvimento sustentável não podem ser culturalmente neutras, mas devem ser sensíveis à dimensão cultural, e aproveitar os benefícios da interação entre as diferentes culturas. Uma perspectiva de desenvolvimento sensível à diversidade é a chave para lutar contra os problemas socioeconômicos e do meio ambiente. Ao ignorar a diversidade cultural, as estratégias de desenvolvimento estão agravando os malefícios que deveriam evitar, tais como a visão de que existe uma relação entre cultura e subdesenvolvimento, e entre desenvolvimento e acumulação de bens materiais, ou, em outras palavras, entre os valores ocidentais e os bons resultados econômicos. É essencial levar em conta os fatores sociais com o contexto cultural, e também a participação da comunidade na preparação e execução dos projetos econômicos. É necessário dar maior importância à integração da dimensão cultural na reflexão e nos projetos de desenvolvimento. Este artigo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa exploratória e bibliográfica em livros, artigos, relatórios e matérias publicadas em revistas científicas periódicas e eletrônicas disponíveis em bases de dados (*web sites*). O artigo faz uma abordagem sobre “cultura”, “diversidade cultural”, “ética, direitos humanos, liberdade e democracia”, “globalização” e “desenvolvimento sustentável”. Verificou-se que as estratégias para o desenvolvimento sustentável não podem seguir padrões monoculturais, sendo fundamental que levem em conta a diversidade cultural, uma vez que os fatores culturais têm papel determinante nos comportamentos consumistas, nos valores relativos à gestão de recursos ambientais e nas interações com a natureza. Também é necessária a formulação de uma educação para a sustentabilidade, compondo-se em uma rede de relações entre universidade, setor produtivo e governo, determinada pelas exigências da economia. As soluções e os caminhos a serem seguidos para o desenvolvimento sustentado são estabelecidos mediante o diálogo intercultural.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, diversidade cultural, sustentabilidade

¹XIII Mostra de Pós-Graduação.

²Mestranda, Universidade de Taubaté, E-mail mpvpaiva@yahoo.com.br.

³Professora Doutora, Universidade de Taubaté, E-mail monicafcarniello@gmail.com.

⁴Professora Doutora, Universidade de Taubaté, E-mail adrianaleonidas@uol.com.br.

1 INTRODUÇÃO

O tema "diversidade cultural" desperta notável interesse. Para alguns, a diversidade cultural é positiva na medida em que se refere a um intercâmbio da riqueza inerente a cada cultura do mundo e aos vínculos que unem as pessoas nos processos de diálogo e de troca. Para outros, as diferenças culturais fazem as pessoas perderem de vista o que têm em comum na condição de seres humanos, dando origem a conflitos, uma vez que a globalização aumentou os pontos de interação e fricção entre as culturas, originando tensões, fraturas e reivindicações relativas à identidade, que se convertem em fontes de conflito. A diversidade cultural, longe de ser uma ameaça, pode ser benéfica para a ação da comunidade internacional. A diversidade cultural é importante nos mais variados domínios de intervenção (línguas, educação, comunicação e criatividade). Decisores e atores sociais devem investir na diversidade cultural para o diálogo intercultural na construção de estratégias para o desenvolvimento sustentável, na garantia do exercício das liberdades e dos direitos humanos e no fortalecimento da coesão social e da boa governança (UNESCO, 2009).

No contexto da globalização, o aumento das migrações e o crescimento das cidades, os desafios com a preservação da identidade cultural e o fomento do diálogo intercultural adquirem uma nova projeção e tornam-se mais urgentes. Os processos acelerados de globalização repercutem sobre as múltiplas facetas da diversidade cultural e intensas correntes homogeneizadoras constantemente suscitam tendências diversificadoras. O diálogo intercultural desempenha papel essencial como elo e, ao mesmo tempo, fortalecedor da diversidade das expressões culturais mediante processos de interação mútua, apoio e reforço da autonomia (UNESCO, 2009).

A diversidade cultural é uma preocupação central da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, fundada em 1945, que tem como principal propósito, conforme sua Constituição (UNESCO, 1945), contribuir para a paz e para a segurança mundial, promovendo colaboração entre as nações através da educação, da ciência e da cultura, para fortalecer o respeito universal pela justiça, pelo estado de direito, e pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião.

O termo "desenvolvimento sustentável" surgiu nos anos 1980 e foi consagrado em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Comissão Brundtland, que produziu o Relatório Brundtland, cujo título em português é "Nosso futuro comum", considerado básico para a definição da noção de desenvolvimento sustentável – como sendo aquele que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades – e dos princípios que lhe dão fundamento. Tais princípios estão documentados na Agenda 21, aprovada por quase 180 países presentes na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (IBGE, s.d.).

A diversidade cultural é uma dimensão fundamental do desenvolvimento sustentável. E contrariamente ao que se supõe, não existe um caminho pré-determinado para o desenvolvimento de cada sociedade, tampouco um modelo único a ser seguido pelas estratégias de desenvolvimento. O conceito do desenvolvimento como processo essencialmente econômico, conforme o modelo capitalista ocidental, tende a desordenar as sociedades que procuram seguir outros caminhos ou que promovem valores distintos. As estratégias de desenvolvimento sustentável não podem permitir-se ser culturalmente neutras. Devem não somente ser sensíveis à dimensão cultural, mas também devem aproveitar os benefícios oriundos da interação entre as diferentes culturas. Uma perspectiva de desenvolvimento mais sensível à diversidade é a chave para lutar contra

os problemas socioeconômicos e do meio ambiente com os quais o planeta se confronta. Ignorando a diversidade cultural, as estratégias de desenvolvimento estariam arriscando-se a perpetuar ou agravar os malefícios que normalmente deveriam evitar ou solucionar, tais como a visão de que existe uma relação entre cultura e subdesenvolvimento, e entre desenvolvimento e acumulação de bens materiais, ou, em outras palavras, entre os valores ocidentais e os bons resultados econômicos. Torna-se essencial levar em conta os fatores sociais e o contexto cultural, assim como a participação da comunidade na preparação e execução dos projetos econômicos (UNESCO, 2009).

O objetivo deste artigo é demonstrar a necessidade de que as estratégias de desenvolvimento sustentável sejam sensíveis à diversidade cultural.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Cultura

A palavra "cultura" é derivada do verbo "cultivar", referente à lavoura da terra (HOFSTEDE, 1991; TROMPENAARS, 1994; MORGAN, 1996; CHAMON, 2007).

Hofstede (1991) diz que, na maioria das línguas ocidentais, cultura equivale a "civilização" ou "refinamento da mente", resultando em educação, arte e literatura.

A primeira definição antropológica de cultura foi proposta em 1871 pelo antropólogo americano Edward Tylor (1958 apud LARAIA, 2009), e diz que é todo comportamento aprendido, tudo aquilo que independe de uma transmissão genética.

Hofstede (1991) também diz que a cultura não provém dos genes, mas do ambiente social do indivíduo.

Srouf (2005) também concorda que a cultura resulta de uma aprendizagem socialmente condicionada, e não de uma herança biológica ou genética, sendo a cultura aprendida, transmitida e partilhada.

Segundo Morgan (1996), a cultura varia de uma sociedade para outra, e está refletida nos sistemas sociais de conhecimento, ideologia, valores, leis e rituais cotidianos.

Para Chamon (2007), a cultura é a inter-relação dos aspectos materiais e simbólicos contidos nos artefatos produzidos pelo homem, nos códigos, nas leis, nas artes, nas crenças e nos costumes.

Sebben e Dourado Filho (2005) dizem que a cultura inclui valores, crenças, ética, linguagem, modelos de pensamento, normas, regras e estilos de comunicação.

Para Geertz (1989), cultura é uma ciência interpretativa à procura do significado, e não uma ciência experimental em busca de leis, e o autor defende o conceito de cultura essencialmente semiótico, ou seja, uma teia de significados que o homem teceu e a ela está amarrado.

Trompenaars (1994) explica que a cultura apresenta-se em camadas, como uma cebola, encontrando-se no nível externo os produtos da cultura, e nos níveis mais profundos os valores e normas.

Hofstede (1991) foi o primeiro autor que comparou a cultura a uma cebola, estando nas camadas mais superficiais os símbolos, nas intermediárias os heróis e rituais, e nas mais profundas os valores. Como resultado de uma aprendizagem contínua, em grande parte adquirida na infância, cada um de nós transporta padrões de pensamento, de sentimentos e de ação potencial. Para esses processos adquiridos, usualmente designados como "cultura", o autor utiliza a expressão "programação mental", em analogia à forma como os computadores são programados.

Na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, encontramos a seguinte definição de cultura:

[...] a cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (UNESCO, 2002, p. 1).

2.2 Diversidade cultural

Quatro séculos antes de Cristo, Confúcio (apud UNESCO, 1950) afirmou que a natureza dos homens é idêntica, o que os separa são os costumes.

Laraia (2009) relata que, na Antiguidade, era comum tentar explicar as diferenças de comportamento entre os homens a partir das variações dos ambientes físicos (clima). Dá-se o nome de determinismo geográfico a essas teorias que consideram que as diferenças do ambiente físico condicionam a diversidade cultural. Já o determinismo biológico são as teorias que atribuem capacidades específicas inatas a "raças" ou a outros grupos humanos. Os antropólogos estão totalmente convencidos de que as diferenças genéticas não são determinantes das diferenças culturais.

Tylor (1958 apud LARAIA, 2009) explica a diversidade como sendo o resultado da desigualdade de estágios existentes no processo de evolução, cabendo à antropologia a tarefa de estabelecer uma escala de civilização, onde as nações europeias são colocadas em um dos extremos da série, e em outro as tribos selvagens, dispendo o resto da humanidade entre os dois limites.

Segundo consta na Declaração sobre a Raça, da UNESCO (UNESCO, 1950), as diferenças se explicam, antes de tudo, pela história cultural de cada grupo, e dois fatores que tiveram um papel preponderante na evolução do homem são a sua faculdade de aprender e a sua plasticidade, sendo que o nível das aptidões mentais, segundo revelam as pesquisas científicas, é quase o mesmo em todos os grupos étnicos.

Hofstede (1991) explica que os grupos humanos pensam, sentem e agem de forma diferente, mas não existem parâmetros científicos que permitam considerar um grupo superior ou inferior. O estudo das diferenças culturais entre grupos e sociedades só é possível através de uma atitude de relativismo cultural. Para o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss (LÉVI-STRAUSS; ERIBON, 1988 apud HOFSTEDÉ, 1991), o relativismo cultural afirma que uma cultura não tem critérios para julgar outra cultura como "pobre" ou "nobre".

Srouf (2005) diz que tudo o que foi inculcado nos indivíduos é reconhecido por eles como fatos naturais e normais, e quaisquer outras maneiras de ser lhes parecem exóticas ou aberrantes. Toda coletividade tende a considerar o próprio modo de vida como o mais sensato e o mais correto, e isso leva ao etnocentrismo, que é a ótica exclusivista de uma cultura. A diversidade dos costumes ensina o relativismo cultural e exige humildade intelectual.

Segundo Hofstede (1991), as diferenças culturais se manifestam nas formas de símbolos, heróis, rituais e valores, representadas como as camadas de uma cebola. Os símbolos (palavras, gestos, figuras, objetos), que representam as manifestações mais superficiais da cultura, estão na camada mais externa. Os heróis (pessoas que servem de modelos) e os rituais (atividades coletivas), estão nas camadas intermediárias. E os valores (tendência a preferir uma coisa em vez de outra), nas camadas mais profundas. Os valores são as primeiras coisas que as crianças aprendem, muitas vezes de forma

inconsciente. A identidade cultural constitui-se em ter os próprios valores culturais. A forma como os países vivem a sua própria cultura fornece à criança a sua identidade cultural, e esse sentido de identidade dá um sentimento de segurança no contato com outras culturas.

A diversidade cultural é uma das principais preocupações da UNESCO, cujos principais propósitos, conforme sua Constituição (UNESCO, 1945), são: contribuir para a paz e para a segurança mundial; promover colaboração entre as nações através da educação, da ciência e da cultura; fortalecer o respeito universal pela justiça, pelo estado de direito, e pelos direitos humanos e liberdades fundamentais; não fazer distinção de raça, sexo, idioma ou religião. Para realizar esses propósitos, entre outras funções, a Organização deve: colaborar no avanço do conhecimento e entendimento mútuos entre os povos; oferecer impulso à educação e disseminar a cultura; instituir a colaboração entre as nações para fazer avançar o ideal da igualdade de oportunidades educacionais, sem levar em consideração raça, sexo ou quaisquer distinções, de natureza econômica ou social; estimular a cooperação entre as nações em todos os ramos de atividade intelectual, incluindo o intercâmbio internacional de pessoas ativas nos campos da educação, da ciência e da cultura, além do intercâmbio de publicações, objetos de interesse artístico e científico, bem como outros materiais de informação; desencadear métodos de cooperação internacional calculados para dar aos povos de todos os países acesso a material impresso e publicado, produzido por qualquer um deles. Com vistas à preservação da independência, da integridade e da diversidade frutífera das culturas e dos sistemas educacionais dos Estados Membros, a Organização não pode intervir nas questões essencialmente restritas à jurisdição interna desses Estados. Na eleição dos Membros da Diretoria Executiva, é levada em consideração a diversidade de culturas e a distribuição geográfica equilibrada.

As declarações da UNESCO evidenciam uma preocupação com o respeito e a preservação da diversidade cultural. No ano 2000, proclamado "O Ano Internacional da Cultura da Paz" pela Assembleia Geral das Nações Unidas, um grupo de laureados com o Prêmio Nobel da Paz elaborou, por ocasião do 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Manifesto 2000, intitulado "Por uma cultura de paz e não-violência". A diversidade cultural é defendida no item nº 4: "Ouvir para compreender - Defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural privilegiando sempre o diálogo sem ceder ao fanatismo, à difamação e à rejeição" (UNESCO, 2000). Em 2002 foi redigida a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, afirmando que o respeito à diversidade cultural, à tolerância, ao diálogo, à cooperação, à confiança e ao entendimento mútuo, estão entre as melhores garantias da paz e da segurança internacionais, cultural e exigem humildade intelectual (UNESCO, 2002). Em 2005 foi redigida a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, afirmando que a diversidade cultural é uma característica essencial da humanidade, constituindo patrimônio comum da humanidade, a ser valorizado e cultivado em benefício de todos (UNESCO, 2005).

Segundo Hofstede (1991), as diferenças culturais descritas na literatura há vários séculos ainda perduram hoje apesar dos contatos estreitos e prolongados entre as nações, e as diferenças entre países estão até aumentando. Certos grupos étnicos têm uma nova consciência da sua identidade e reclamam o reconhecimento político da mesma. Por isto, acredita-se que a diversidade deverá permanecer ainda durante muitos séculos.

2.3 Ética, direitos humanos, liberdade e democracia

Segundo Sen (2000), os direitos humanos pertencem à ética social, e são vistos como direitos comuns a todos – independentemente da cidadania –, são os benefícios que todos *deveriam* ter. Os direitos humanos requerem universalidade, mas não existem valores universais. Algumas culturas consideram os direitos menos valiosos que outras virtudes ou qualidades. Os asiáticos são céticos quanto aos direitos humanos. Nas culturas confucianas, existem éticas que ressaltam a disciplina em vez dos direitos, a lealdade em vez das pretensões.

Para Hofstede (1991), a Declaração Universal dos Direitos do Homem, adotada em 1948, está inspirada em valores ocidentais individualistas e universalistas, que não são partilhados pelas populações e dirigentes de todo o mundo. O fato de o mundo ter se convertido num todo interdependente leva as populações a estarem mais informadas sobre um determinado problema, mas também oferece mais possibilidades de protesto contra esse problema. Potenciar o respeito pelos direitos humanos é uma meta digna para um mundo intercultural.

Zaoual (2003) afirma que a modernidade liberta e aprisiona. O desenvolvimento é capitalista. É um sistema que combina o mercado, a ciência, a tecnologia e procede, de um lado, por meio de concorrência e de acumulação de riquezas, e, de outro, por intermédio de empobrecimento antropológico e material.

Sen (2000) diz que alguns segmentos da comunidade sofrem privações de liberdade econômica, como a negação de acesso aos mercados de produtos, devido a restrições tradicionais, as quais mantêm esses segmentos excluídos dos benefícios da sociedade orientada para o mercado, e também devido aos juízos e críticas a respeito de diferentes estilos de vida e valores associados à cultura dos mercados. O papel dos valores sociais e costumes podem influenciar as liberdades das pessoas, uma vez que o exercício da liberdade é mediado por valores. Estes, por sua vez, são influenciados por discussões públicas e interações sociais, que são, elas próprias, influenciadas pelas liberdades de participação.

Segundo Galbraith (1992), os proprietários de terras podem controlar e privar camponeses pobres de seus direitos políticos. Já cientistas, jornalistas, professores, artistas, poetas e estudantes, que exigem participação na sociedade industrial, não podem ser manipulados. A liberdade de expressão e a participação do povo no governo são virtudes sociais. Além de um determinado ponto do desenvolvimento econômico, elas se tornam socialmente necessárias e politicamente inescapáveis.

Conforme relata Galbraith (1992), assim foi na Europa oriental em 1989-90, quando o comunismo exigia que o poder exercido fosse a ditadura do proletariado, chamada democracia das massas. Os líderes sentiam-se protegidos em suas posições privilegiadas e supunham que sua autoridade fosse aceita. Porém, existia insatisfação em massa, pois a televisão transmitia os padrões de vida do consumo no Ocidente, e o povo se perguntava por que isso lhes era negado. Assim foi até o dia em que multidões tomaram as ruas na Europa oriental e em seguida na União Soviética. O comunismo fracassou e o capitalismo triunfou.

Sen (2000) relata que tem-se afirmado muitas vezes que liberdade política, liberdades formais e democracia são especificamente "ocidentais", que contrariam os "valores asiáticos", os quais seriam supostamente mais voltados para a ordem e a disciplina do que para liberdades. Alguns países relativamente autoritários (como Coreia do Sul, Cingapura e China) apresentaram ritmos de crescimento econômico mais rápidos do que outros menos autoritários (como Índia, Costa Rica e Jamaica). O raciocínio autoritário presente na Ásia é também encontrado nos modos de pensar do próprio Ocidente. Estados Unidos e Europa supõem que liberdade política e democracia são características fundamentais da cultura ocidental – contraste entre o autoritarismo e

o respeito pela liberdade. Os ocidentais que se empenham pela liberdade pessoal e política no mundo não-ocidental estão levando valores ocidentais.

Para Hofstede (1991), a cooperação intercultural à escala mundial não é sinônimo de democracia mundial. Os governos autoritários continuarão a predominar na maior parte do mundo, pelo menos durante alguns séculos.

2.4 Globalização

Conforme comenta Thiollent (2003), já foram publicadas centenas de livros no Brasil sobre o tema da globalização/mundialização, ora com fascínio, ora com rejeição, discutindo aspectos econômicos, sociais, políticos, jurídicos, culturais, educacionais, comunicacionais, éticos.

Meirelles e Barros (2005) dizem que as relações comerciais, empresariais e sociais deste século estão baseadas no intercâmbio entre os povos, estimuladas principalmente pela globalização da economia e da informação.

Segundo Hofstede (1991), os meios de comunicação difundem informações sobre como vivem as pessoas noutros lugares do mundo, e isso afeta as minorias, que comparam a sua situação com a vida de outros que supõem viver melhor.

Como diz Carvalho (2005), um fato positivo da globalização é a diminuição das distâncias entre os povos. Porém, ao mesmo tempo, está sendo criado um outro fato que pode se tornar perigoso, ou seja, a perda da identidade cultural dos povos e a massificação dos hábitos e costumes.

Sen (2000) afirma que o desenvolvimento econômico pode ser danoso a um país, pois pode conduzir à eliminação de suas tradições e herança cultural. O mundo contemporâneo é dominado pelo Ocidente, especialmente nos aspectos culturais. O poder esmagador da cultura e do estilo de vida ocidentais está destruindo modos de vida e costumes sociais tradicionais. Esse mundo globalizante de hoje é uma grave ameaça ao valor da tradição e dos costumes culturais nativos, porém é inescapável.

Segundo Zaoual (2003), o mundo se caracteriza por uma grande diversidade de populações, com sistemas de crenças e práticas variados e variáveis no tempo e no espaço. Essa complexidade exige maior conhecimento das interações entre as culturas e o desenvolvimento, o qual está em perpétua mudança. A ciência econômica está no comando da civilização global. A globalização tornou-se incontrolável e excludente, governada por mecanismos econômicos culturalmente anônimos. Ao se instituir como ciência e como prática, ela se distanciou da ética e das culturas. A mundialização das economias gera tensão com as identidades e os territórios, tensão essa que desempenha papel fundamental na recomposição do pensamento do social. A lógica do crescimento econômico é incompatível com a ecologia e a preservação da diversidade das culturas.

As ciências humanas têm se afastado da diversidade da Humanidade e das exigências de preservação da biodiversidade, como sugere a atualidade do "desenvolvimento sustentável". O próprio debate internacional sobre as restrições ambientais é vinculado a uma discussão sobre os limites da cultura de domínio e de acumulação do capitalismo (WEBER, 1964 apud ZAOUAL, 2003).

Zaoual (2003) afirma que a maximização do lucro confunde-se com a do "bem-estar" da sociedade. Não há espaço para reflexão, é preciso agir como máquina, de acordo com as exigências do mercado. O Ocidente tem contribuído para a destruição de numerosas populações ao impor modelos de progresso e de organização social inadequados à grande diversidade. Essas populações são transformadas em populações-alvo, às quais são administradas receitas econômicas prontas.

Zaoual (2003) considera um absurdo a ideia de um modelo único, mesmo nos limites da civilização do capitalismo, a qual contém uma grande variedade de configurações evolutivas. O modelo geral destrói a infinita diversidade das pessoas e dos lugares. A mundialização sob o domínio de um único modelo, destruidor dos recursos naturais e da diversidade, gera condições para uma guerra de civilizações e de cultura. Qualquer tentativa de um país sair do circuito econômico e político do Ocidente provoca ira e retaliações, porque isso põe em risco sua dominação sobre os povos não-ocidentais. O Ocidente quer, a qualquer preço, controlar tudo, como um tipo de imperialismo. O desenvolvimento nasceu de uma vontade de potência da cultura ocidental entendida como projeto de domínio do mundo.

Zaoual (2003) cita um título ambicioso de um encontro internacional organizado pelo jornal *Le Monde Diplomatique*, "Desfazer o desenvolvimento e refazer o mundo", o que é uma utopia. A ruptura com o capitalismo e sua mundialização contemporânea requer uma verdadeira nova civilização abrangendo todos os domínios da condição humana. Trata-se de uma mudança de sentido que se dá ao homem, à natureza, ao progresso, ao outro, à liberdade, à justiça, ao tempo etc. O pré-requisito do pós-desenvolvimento é redefinir, de modo crítico, tudo o que define a ideologia econômica sobre a qual se baseia e se reproduz o sistema capitalista.

Segundo Sen (2000), se algumas tradições não puderem ser mantidas juntamente com mudanças econômicas e sociais, as pessoas diretamente envolvidas têm de ter a oportunidade de participar da decisão do que deve ser escolhido. Havendo indícios de conflito entre a preservação da tradição e as vantagens da modernidade, se faz necessário uma resolução participativa, e não uma rejeição unilateral da modernidade em favor da tradição imposta por dirigentes políticos, autoridades religiosas ou admiradores antropológicos do legado do passado. A questão deve ser aberta às pessoas afetadas para que abordem e decidam em conjunto o que elas desejam, em vez de se tentar tolher a liberdade de participação com o pretexto de defender valores tradicionais (tais como religiosos, políticos ou culturais). O apeço à tradição não justifica uma supressão geral da liberdade. As oportunidades das pessoas participarem livremente de discussões públicas são direitos humanos.

2.5 Desenvolvimento sustentável

Furtado (1961, p.115-116) define desenvolvimento como sendo "basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade".

O desenvolvimento é medido usando-se indicadores, que são ferramentas constituídas por uma ou mais variáveis que, associadas através de diversas formas, revelam significados mais amplos sobre os fenômenos a que se referem (IBGE, s.d.).

A coletânea primária de indicadores de desenvolvimento do Banco Mundial, compilados a partir de fontes internacionais oficialmente reconhecidas, apresenta os mais atuais e precisos dados de desenvolvimento global disponíveis. Os Indicadores do Desenvolvimento Mundial (*World Development Indicators* - WDI) são a emblemática base de dados estatísticos do Banco Mundial que estabelece a referência contra a qual o progresso do desenvolvimento é medido. O WDI visa proporcionar estatísticas relevantes de alta qualidade, internacionalmente comparáveis, sobre o desenvolvimento e a qualidade de vida das pessoas ao redor do globo. Os dados do WDI são apresentados por país, por tópico, e por indicador. Além das descrições de tópicos, definições de indicadores e fontes de dados, notas "sobre os dados" colocam indicadores no contexto

do desenvolvimento. Nas notas "sobre os dados" é fornecida informação sobre a utilidade, limitações e fraquezas potenciais dos dados (THE WORLD BANK, 2010).

Para fins operacionais e analíticos, o critério principal do Banco Mundial para classificação das economias dos países é com base no rendimento nacional bruto - RNB per capita, sendo cada economia classificada como de baixa renda, de renda média (subdividida em média baixa e média alta), ou de alta renda. Outros grupos analíticos com base nas regiões geográficas também são utilizados. São classificados todos os 187 países membros do Banco Mundial, e todas as outras economias com populações de mais de 30.000 habitantes, totalizando 215. Economias de baixa renda e média renda são muitas vezes referenciadas como economias em desenvolvimento. Os grupos são: baixa renda, 1.005 dólares ou menos; renda média baixa, 1.006 a 3.975 dólares; renda média alta, 3.976 a 12.275 dólares; e alta renda, 12.276 dólares ou mais (THE WORLD BANK, 2010).

O PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2012), publica anualmente o Relatório de Desenvolvimento Humano - RDH, que tem como base o conceito de Desenvolvimento Humano partindo do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Em 1990 foi elaborado o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, cujo objetivo foi oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o PIB - Produto Interno Bruto per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Além de computar o PIB per capita, o IDH também leva em conta outros dois componentes: a longevidade (expectativa de vida ao nascer) e a educação (índice de analfabetismo e taxa de matrícula em todos os níveis de ensino). A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países).

O desenvolvimento sustentável é o processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades atuais e as aspirações futuras. O projeto "Indicadores de Desenvolvimento Sustentável", do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tem por objetivo acompanhar a sustentabilidade do padrão de desenvolvimento do país. Seus resultados são anualmente apresentados na publicação "Os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - IDS", que teve início em 2002. Num total de 55, esses indicadores estão agrupados em quatro dimensões: a dimensão ambiental, a dimensão social, a dimensão econômica e a dimensão institucional. Os indicadores de desenvolvimento sustentável são instrumentos essenciais para guiar a ação e subsidiar o acompanhamento e a avaliação do progresso alcançado rumo ao desenvolvimento sustentável. Criar esses indicadores constitui um dos desafios da construção do desenvolvimento sustentável (IBGE, s.d.).

A degradação ambiental e suas catastróficas consequências ao planeta, a partir do século XIX, originaram estudos e as primeiras reações no sentido de se conseguir fórmulas e métodos de diminuição dos danos ao ambiente. Na reunião do Clube de Roma em 1948, autoridades reconheceram formalmente os problemas ambientais, constatando a falência dos recursos naturais, e solicitaram um estudo que foi intitulado Limites do Crescimento. Esse estudo mostrou que a degradação ambiental decorre, principalmente, do descontrolado crescimento populacional e da superexploração dos recursos naturais. Esse estudo lançou subsídios para a idéia do desenvolvimento aliado à preservação (TAGORE, 2009).

A Organização das Nações Unidas - ONU, com a intenção de discutir e encontrar soluções para esse problema, promoveu a Conferência de Estocolmo em 1972, que resultou na criação da Declaração sobre o Ambiente Humano, a qual introduziu na agenda política internacional a dimensão ambiental como condicionadora e limitadora do modelo tradicional de crescimento econômico e do uso dos recursos naturais. Essa declaração determina garantia às gerações presentes e futuras de um reconhecido direito à vida num ambiente sadio e não degradado (TAGORE, 2009).

A ONU criou, em 1983, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland), presidida por Gro Harlem Brundtland, com os objetivos de tratar as questões críticas relativas ao meio ambiente, formular propostas para abordá-las, propor formas de cooperação internacional nesse campo, orientar políticas e ações para as mudanças necessárias, oferecer compreensão sobre esses problemas e incentivar indivíduos, organizações e governos a uma atuação mais firme (TAGORE, 2009).

Em 1987, a Comissão recomendou a criação de uma nova carta ou declaração universal sobre a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável, dando origem ao Relatório Brundtland, publicado com o título “Nosso Futuro Comum”. O documento propôs integrar o desenvolvimento econômico à questão ambiental, o que fez surgir não apenas um novo termo, mas uma nova forma de progredir. Para isso, o governo deve adotar medidas tais como: limitação do crescimento populacional; garantia de alimentação em longo prazo; preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis; aumento da produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas; controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores. No nível internacional, Relatório propõe as seguintes metas às organizações do desenvolvimento: adotar a estratégia de desenvolvimento sustentável; a comunidade internacional deve proteger os ecossistemas supranacionais como a Antártica, os oceanos, o espaço; as guerras devem ser banidas; e a ONU deve implantar um programa de desenvolvimento sustentável (TAGORE, 2009).

Nesse Relatório encontramos o seguinte conceito de desenvolvimento sustentável:

A humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável - de garantir que ele atenda as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas (CMMAD, 1991, p. 9).

Esse conceito significa que os desenvolvimentos econômico, social, científico e cultural das sociedades devem garantir mais saúde, conforto e conhecimento, sem exaurir os recursos naturais do planeta. Para isso, todas as formas de relação do homem com a natureza devem ocorrer com o menor dano possível ao ambiente. As políticas, os sistemas de produção, a transformação, o comércio, os serviços e o consumo têm de existir preservando a biodiversidade. Essa é a definição mais aceita para desenvolvimento sustentável, que significa que é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. Significa que é o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. Para ser alcançado, o desenvolvimento sustentável depende de planejamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos (WWF-BRASIL, s.d).

Muitas vezes, desenvolvimento é confundido com crescimento econômico, que depende do consumo crescente de energia e recursos naturais. Esse tipo de

desenvolvimento tende a ser insustentável, pois leva ao esgotamento dos recursos naturais dos quais a humanidade depende. O desenvolvimento sustentável sugere, de fato, qualidade em vez de quantidade, com a redução do uso de matérias-primas e produtos e o aumento da reutilização e da reciclagem. O desenvolvimento econômico é vital para os países mais pobres, mas o caminho a seguir não pode ser o mesmo adotado pelos países industrializados. Mesmo porque não seria possível (WWF-BRASIL, s.d).

Ao invés de aumentar os níveis de consumo dos países em desenvolvimento, é preciso reduzir os níveis observados nos países industrializados. Os crescimentos econômico e populacional das últimas décadas têm sido marcados por disparidades. Embora os países do Hemisfério Norte possuam apenas um quinto da população do planeta, eles detêm quatro quintos dos rendimentos mundiais e consomem 70% da energia, 75% dos metais e 85% da produção de madeira mundial (WWF-BRASIL, s.d).

A Agenda 21 é um plano abrangente de ação a ser tomada em nível mundial, nacional e local por organizações do Sistema das Nações Unidas, governos, e *Major Groups* em cada área em que os humanos impactam sobre o meio ambiente. A Agenda 21, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, e a Declaração de Princípios para a Gestão Sustentável das Florestas foram adotadas por mais de 178 governos na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (UNITED NATIONS, 2009).

A Comissão de Desenvolvimento Sustentável - CDS foi criada em 1992 para assegurar um acompanhamento eficaz da CNUMAD, monitorar e informar sobre a implementação dos acordos em nível local, nacional, regional e internacional. Foi acordado que uma revisão de cinco anos do progresso da Cúpula da Terra seria feita em 1997 pela reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas em sessão extraordinária (UNITED NATIONS, 2009).

A plena implementação da Agenda 21, o Programa para Prossecução da Implementação da Agenda 21 e os compromissos com os princípios do Rio, foram fortemente reafirmados na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (*World Summit on Sustainable Development - WSSD*), realizada em Johannesburgo, África do Sul, em 2002 (UNITED NATIONS, 2009).

O preâmbulo da Agenda 21 é:

1.1. A humanidade se encontra em um momento de definição histórica. Defrontamo-nos com a perpetuação das disparidades existentes entre as nações e o interior delas, o agravamento da pobreza, da fome, das doenças e do analfabetismo, e com a deterioração contínua dos ecossistemas de que depende nosso bem-estar. Não obstante, caso se integrem as preocupações relativas a meio ambiente e desenvolvimento e a elas se dedique mais atenção, será possível satisfazer às necessidades básicas, elevar o nível da vida de todos, obter ecossistemas melhor protegidos e gerenciados e construir um futuro mais próspero e seguro. São metas que nação alguma pode atingir sozinha; juntos, porém, podemos - em uma associação mundial em prol do desenvolvimento sustentável.

1.2. Essa associação mundial deve partir das premissas da resolução 44/228 da Assembléia Geral de 22 de dezembro de 1989, adotada quando as nações do mundo convocaram a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, e da aceitação da necessidade de se adotar uma abordagem equilibrada e integrada das questões relativas a meio ambiente e desenvolvimento.

1.3. A Agenda 21 está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental. O êxito de sua execução é responsabilidade, antes de mais nada, dos Governos. Para

concretizá-la, são cruciais as estratégias, os planos, as políticas e os processos nacionais. A cooperação internacional deverá apoiar e complementar tais esforços nacionais. Nesse contexto, o sistema das Nações Unidas tem um papel fundamental a desempenhar. Outras organizações internacionais, regionais e subregionais também são convidadas a contribuir para tal esforço. A mais ampla participação pública e o envolvimento ativo das organizações não-governamentais e de outros grupos também devem ser estimulados.

1.4. O cumprimento dos objetivos da Agenda 21 acerca de desenvolvimento e meio ambiente exigirá um fluxo substancial de recursos financeiros novos e adicionais para os países em desenvolvimento, destinados a cobrir os custos incrementais necessários às ações que esses países deverão empreender para fazer frente aos problemas ambientais mundiais e acelerar o desenvolvimento sustentável. Além disso, o fortalecimento da capacidade das instituições internacionais para a implementação da Agenda 21 também exige recursos financeiros. Cada uma das áreas do programa inclui uma estimativa indicadora da ordem de grandeza dos custos. Essa estimativa deverá ser examinada e aperfeiçoada pelas agências e organizações implementadoras.

1.5. Na implementação das áreas pertinentes de programas identificadas na Agenda 21, especial atenção deverá ser dedicada às circunstâncias específicas com que se defrontam as economias em transição. É necessário reconhecer, ainda, que tais países enfrentam dificuldades sem precedentes na transformação de suas economias, em alguns casos em meio a considerável tensão social e política.

1.6. As áreas de programas que constituem a Agenda 21 são descritas em termos de bases para a ação, objetivos, atividades e meios de implementação. A Agenda 21 é um programa dinâmico. Ela será levada a cabo pelos diversos atores segundo as diferentes situações, capacidades e prioridades dos países e regiões e com plena observância de todos os princípios contidos na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Com o correr do tempo e a alteração de necessidades e circunstâncias, é possível que a Agenda 21 venha a evoluir. Esse processo assinala o início de uma nova associação mundial em prol do desenvolvimento sustentável (UNITED NATIONS, 1992).

3 MÉTODOS/PROCEDIMENTOS

Este artigo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa exploratória e bibliográfica com consulta em material publicado em livros, artigos, relatórios e revistas científicas periódicas e eletrônicas disponíveis em bases de dados (*web sites*), referentes ao assunto, a fim de se obter embasamento teórico sobre o tema. "A pesquisa bibliográfica é a atividade de localização e consulta de fontes diversas de informação escrita orientada pelo objetivo explícito de coletar materiais mais genéricos ou mais específicos a respeito de um tema" (LIMA, 2004, p. 38). Esta pesquisa bibliográfica buscou compreender importantes conceitos da área de Diversidade Cultural, a fim de compreender como a mesma está inserida no processo de Desenvolvimento Sustentável.

4 RESULTADOS

Segundo o Relatório Mundial da UNESCO (UNESCO, 2009), não existe um caminho pré-determinado para o desenvolvimento de cada sociedade, nem um modelo único a ser seguido pelas estratégias de desenvolvimento. O conceito do desenvolvimento essencialmente econômico, conforme o modelo ocidental, desordena as sociedades que procuram seguir outros caminhos ou que promovem valores distintos. As estratégias de desenvolvimento sustentável não podem ser culturalmente neutras, mas devem ser sensíveis à dimensão cultural, e aproveitar os benefícios da interação

entre as diferentes culturas. Uma perspectiva de desenvolvimento sensível à diversidade é a chave para lutar contra os problemas socioeconômicos e do meio ambiente.

Na visão do mundo industrializado, existe relação entre cultura e subdesenvolvimento, ou, entre valores ocidentais e bons resultados econômicos. Questiona-se cada vez mais a equação que iguala desenvolvimento à soma de lucro com acumulação de bens materiais. Ao ignorar a diversidade cultural, as estratégias de desenvolvimento estão agravando esses malefícios que deveriam evitar. É essencial levar em conta os fatores sociais com o contexto cultural, e também a participação da comunidade na preparação e execução dos projetos econômicos (UNESCO, 2009).

Após a elaboração do modelo de desenvolvimento humano pelo PNUD, nos anos 1990, passou-se a dar maior importância à integração da dimensão cultural na reflexão e nos projetos de desenvolvimento, com maior atenção "às redes de significados" criadas pelos indivíduos, ao contexto cultural no qual vivem as comunidades, aos modos de vida, às formas locais de comunicação e de expressão. A diversidade cultural é dimensão crucial nas estratégias que consideram a sustentabilidade como elemento que facilita a integração dos pilares econômico, social e ambiental do desenvolvimento. A diversidade é dimensão chave do desenvolvimento sustentável, pois as culturas são trajetórias dirigidas ao futuro. Deve-se permitir aos indivíduos e aos grupos serem os atores do seu próprio desenvolvimento. As políticas sociais a favor da diversidade cultural aumentam o nível de autodeterminação das minorias de baixos rendimentos ou de baixo estatuto, restaurando nelas a consciência da sua dignidade (UNESCO, 2009).

É fundamental abordar o desenvolvimento levando em conta as diferenças culturais para fazer face aos problemas econômicos, sociais e ambientais. A diversidade cultural desempenha papel fundamental na resposta aos desafios ecológicos e na promoção de um meio ambiente sustentável, uma vez que os fatores culturais têm papel determinante nos comportamentos consumistas, nos valores relativos à gestão de recursos ambientais e nas interações com a natureza. Existem vínculos entre a biodiversidade e a diversidade cultural, mesmo que tenham evoluído de maneira distinta. A correspondência entre uma e a outra estão na diversidade linguística, na cultura material, no saber, na tecnologia, nos modos de subsistência, nas relações econômicas, nas relações sociais e nos sistemas de crenças. As práticas culturais locais podem contribuir para a revitalização da diversidade biológica, agrícola etc. As expressões e práticas culturais estão frequentemente ligadas a certas condições ambientais, portanto mudanças ambientais terão repercussão na diversidade cultural. O deslocamento maciço de populações, como por exemplo, das zonas rurais, é uma ameaça para a continuidade e diversidade culturais. Há urgência em conceber e promover formas de pensar, novos indicadores, novas metodologias, que identifiquem quem se beneficia e quem pode ser excluído do desenvolvimento. O prisma de análise da diversidade cultural contribui para decisores e responsáveis políticos tornarem mais operacionais normas e modelos, com o objetivo de concederem à diversidade cultural o lugar que lhe pertence na concepção, elaboração e implementação dos programas (UNESCO, 2009).

Para Shiva (2001 apud FERIOTTI e CAMARGO, 2008), a preservação tanto da diversidade cultural quanto da biodiversidade, onde as questões ecológicas se combinam com a justiça social, a paz e a democracia, é condição básica para a sustentabilidade e a auto-regulação, tanto social quanto natural. Tratar a diversidade como ameaça, perversão, fonte de desordem, doença ou deficiência, dá origem à violência, pois a diversidade não pode ser submetida a um controle centralizador que visa à homogeneização coercitiva. Isto leva à destruição da pluralidade da sociedade, de

suas culturas e identidades locais e de sua capacidade de auto-organização. Processos de homogeneização não eliminam a diversidade, mas transformam-na em experiências de competição e exclusão, tornando a intolerância à diversidade uma nova doença social. Em vez de permitir auto-organização, gera comunidades vulneráveis ao medo e à insegurança, ao colapso e à violência, à decadência e à destruição. Na história das colonizações e no processo de globalização, cada vez que se tentou eliminar diversidade e impor homogeneidade, foram instaladas a desordem e a desintegração. Para garantir condições de sobrevivência, rumo a uma sociedade sustentável e justa, deve-se fazer as pazes com a diversidade.

Segundo Dürmaier (2008), a sustentabilidade deve ser simultaneamente global e local, ou "glocal", neologismo criado pelo sociólogo Roland Robertson (2002 apud DÜRMAIER, 2008). O desenvolvimento sustentável não pode seguir padrões uniformes ou uma orientação monocultural. A sustentabilidade assume a responsabilidade com gerações vindouras, mobilizando uma compreensão particular de espaço, de tempo e também de humanidade. Através dela, vislumbram-se relações e interações humanas mais justas e responsáveis. A sustentabilidade requer a solução de alguns desafios para sua concretização na vida coletiva de cidadãos culturalmente diversos. Uma educação para a transformação auto-sustentada de um mundo complexo é central. É necessária a formulação de uma educação para a sustentabilidade (educação em si mesma sustentável), envolvendo autocompreensão interdisciplinar no âmbito de desafios interculturais. A educação para a sustentabilidade precisa compor-se com a transformação da rede de relações entre universidade, setor produtivo e governo determinada pelas exigências da economia baseada no conhecimento da chamada sociedade da informação. A sustentabilidade como alternativa educacional precisa substanciar a educação para a promoção da cidadania, da democracia, do desenvolvimento responsável e do bem comum. Cabe à universidade ("universidade sustentável") desenvolver os mecanismos, integrando o desenvolvimento sustentável nas pesquisas que promove e nos projetos pedagógicos pelos quais capacita recursos humanos. Competências comunicativas são fundamentais. A função da universidade no horizonte da sustentabilidade potencializa suas responsabilidades e compromissos educacionais, políticos, sociais e econômicos, como agente na transferência do conhecimento, na formação de recursos humanos, na produção de riqueza e bem-estar, protegendo, construindo, transformando a cultura em que está localmente inserida. Os dilemas morais produzidos pela civilização técnica nas culturas assumem o conhecimento como meio de coordenação social, de produção de bens e desenvolvimento sustentado. As soluções e os caminhos a serem seguidos são estabelecidos mediante o diálogo intercultural, que requer o direito à comunicação e o direito à identidade cultural ou autonomia.

5 DISCUSSÕES

Este artigo fez uma abordagem sobre cultura, que é todo comportamento aprendido, transmitido e partilhado socialmente, e não geneticamente. Cultura é também um sistema comum de significados que se manifesta nas formas de símbolos, heróis, rituais e valores, e varia de uma sociedade para outra.

Foi abordada também a diversidade cultural, que surge ao se considerar a própria cultura como normal e as outras como exóticas, e ao se encontrarem pode haver um choque cultural, mas por ser característica essencial da humanidade a diversidade cultural deve ser valorizada e cultivada.

Foi apresentada uma abordagem sobre ética, direitos humanos, liberdade e democracia, concluindo-se que os direitos humanos pertencem à ética social, e são vistos como direitos comuns a todos, e que a liberdade de expressão e a participação do povo no governo são virtudes sociais.

Este artigo abordou também a globalização, cujo fato positivo é a diminuição das distâncias entre os povos, porém, ao mesmo tempo, vem massificando gostos e hábitos de consumo, o que pode afetar a identidade cultural dos povos pelo poder da cultura e do estilo de vida capitalista do Ocidente, concluindo-se que os dirigentes políticos devem dar oportunidade para as pessoas diretamente envolvidas participarem da decisão do que deve ser escolhido: preservar a tradição ou ter a liberdade de adotar as vantagens da modernidade.

Foi feita uma abordagem sobre desenvolvimento sustentável, com uma explanação sobre os indicadores de desenvolvimento global, humano e econômico, e uma exposição da preocupação de organizações internacionais com o meio ambiente, criando comissões, declarações, relatórios e agendas com propostas de um desenvolvimento sustentável, que vem a ser o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações, ou seja, sem suprimir os recursos naturais.

Este artigo apresentou as intersecções entre a diversidade cultural e o desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade deve ser simultaneamente global e local, e as estratégias para o desenvolvimento sustentável não podem seguir padrões monoculturais, sendo fundamental que levem em conta a diversidade cultural, uma vez que os fatores culturais têm papel determinante nos comportamentos consumistas, nos valores relativos à gestão de recursos ambientais e nas interações com a natureza. Também é necessária a formulação de uma educação para a sustentabilidade, compondo-se em uma rede de relações entre universidade, setor produtivo e governo, determinada pelas exigências da economia. As soluções e os caminhos a serem seguidos para o desenvolvimento sustentado são estabelecidos mediante o diálogo intercultural.

6 CONCLUSÃO

Este artigo procurou demonstrar a necessidade de que as estratégias de desenvolvimento sustentável sejam sensíveis à diversidade cultural. Não existe um modelo único a ser seguido pelas estratégias de desenvolvimento. O conceito do desenvolvimento essencialmente econômico, conforme o modelo capitalista ocidental, desordena as sociedades que procuram seguir outros caminhos ou que promovem valores distintos. As estratégias de desenvolvimento sustentável não podem ser culturalmente neutras, mas devem ser sensíveis à dimensão cultural, e aproveitar os benefícios da interação entre as diferentes culturas. Uma perspectiva de desenvolvimento sensível à diversidade é a chave para lutar contra os problemas socioeconômicos e do meio ambiente. Ao ignorar a diversidade cultural, as estratégias de desenvolvimento estão agravando os malefícios que deveriam evitar, tais como a visão de que existe uma relação entre cultura e subdesenvolvimento, e entre desenvolvimento e acumulação de bens materiais, ou, em outras palavras, entre os valores ocidentais e os bons resultados econômicos. É essencial levar em conta os fatores sociais com o contexto cultural, e também a participação da comunidade na preparação e execução dos projetos econômicos. É necessário dar maior importância à integração da dimensão cultural na reflexão e nos projetos de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, C.P. Prefácio. In: MEIRELLES, G.F.; BARROS, M.E.A. **O negócio é o seguinte**: hábitos e costumes dos povos e sua influência na vida empresarial. São Paulo: Ibradep, 2005, p. 5.

CHAMON, E.M.Q.O. (Org.) **Gestão e comportamento humano nas organizações**. Rio de Janeiro: Brasport, 2007.

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DÜRMAIER, A.T.M.C. Ética intercultural da informação e sustentabilidade. **Kalagatos- Revista de Filosofia**. Fortaleza, v. 5, n. 9, 2008. Disponível em: <http://www.uece.br/kalagatos/dmdocuments/V5N9_etica_intercultural_sustentabilidad_e.pdf>. Acesso em 13 fev. 2012.

FERIOTTI, M.L.; CAMARGO, D.M.P. Diversidade, educação, cultura e sustentabilidade: relacionando conceitos. **O Mundo da Saúde**. São Paulo, v. 32, p. 359-366, jul./set. 2008. Disponível em: <http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/63/359-366.pdf>. Acesso em 10 mar. 2012.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GALBRAITH, J.K. **A cultura do contentamento**. 1. ed. São Paulo: Pioneira, 1992.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HOFSTEDE, G. **Culturas e organizações**: compreender a nossa programação mental. 1.ed. - 2. reimpr. Lisboa: Edições Sílabo, 1991.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desenvolvimento sustentável**: Indicadores ambientais e sociais. Rio de Janeiro, s.d. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=16>. Acesso em 11 mar. 2012.

LARAIA, R.B. **Cultura**: um conceito antropológico. 24.ed. [reimpr.]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LIMA, M.C. **Monografia**: a engenharia da produção acadêmica. São Paulo: Saraiva, 2004.

MEIRELLES, G.F.; BARROS, M.E.A. **O negócio é o seguinte**: hábitos e costumes dos povos e sua influência na vida empresarial. São Paulo: Ibradep, 2005.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Desenvolvimento humano e IDH**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acesso em 07 abr. 2012.

SEBBEN, A.; DOURADO FILHO, F. **Os nortes da bússola: manual para conviver e negociar com culturas estrangeiras.** Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2005.

SEN, A.K. **Desenvolvimento como liberdade.** 1.ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SROUR, R.H. **Poder, cultura e ética nas organizações: o desafio das formas de gestão.** 2.ed - 2.reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

TAGORE, V. O que é desenvolvimento sustentável. **Revista Meio Ambiente.** Thesaurus Editora. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.revistameioambiente.com.br/2009/03/12/o-que-e-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em 09 abr. 2012.

THE WORLD BANK. **How we classify countries.** Washington, 2010. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/about/country-classifications>>. Acesso em 01 abr. 2012.

_____. **World Development Indicators data.** Washington, 2010. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/about/world-development-indicators-data>>. Acesso em 01 abr. 2012.

TROMPENAARS, F. **Nas ondas da cultura: como entender a diversidade cultural nos negócios.** São Paulo: Educator, 1994.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.** Londres, 1945. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

_____. **Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões Culturais.** Paris, 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2011.

_____. **Declaração sobre a raça.** Paris, 1950. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001282/128291eo.pdf>> e <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001229/122962eo.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2012.

_____. **Declaração universal sobre a diversidade cultural.** Paris, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2010.

_____. **Manifesto 2000: Por uma cultura de paz e não-violência.** Paris, 2000. Disponível em: <<http://www3.unesco.org/manifesto2000/pdf/bresilien.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2011.

_____. **Relatório mundial da UNESCO: investir na diversidade cultural e no diálogo.** Paris, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184755por.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2012.

UNITED NATIONS. **Agenda 21.** New York, 2009. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/dsd/agenda21/index.shtml>>. Acesso em: 09 abr. 2012.

_____. **United Nations conference on environment & development: Agenda 21.** Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/english/Agenda21.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2012.

WWF-BRASIL. **O que é desenvolvimento sustentável?** Brasília, s.d. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/>. Acesso em: 12 fev. 2012.

ZAOUAL, H. **Globalização e diversidade cultural.** São Paulo: Cortez, 2003.